



ANO XIX - Nº 237
Jan/Fev - 2009

Jornal AEBBA

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO BANCO DA AMAZÔNIA



NEGOCIAÇÕES COM O BANCO NÃO AVANÇAM

| PRÓXIMA REUNIÃO DA MESA PERMANENTE DE NEGOCIAÇÃO SERÁ NO DIA 6 DE MARÇO

A pesar das expectativas da diretoria da AEBBA, a reunião de negociação com representantes do Banco, no último dia 13 de fevereiro, teve poucos avanços, pois não apontou para a data de assinatura do acordo e sequer avançou na discussão da forma de distribuição da PLR. Além

disso, o Banco alegou dificuldades para apresentar estudos e posicionamentos, em um prazo curto, sobre os temas propostos na Mesa Permanente de Negociação. A próxima reunião entre as entidades e os representantes do Banco será no dia 6 de março, quando será debatido o tema auxílio educacional.

◉ PÁG. 3

NESTA EDIÇÃO

**AEBA NO FÓRUM
SOCIAL MUNDIAL**

◉ PÁGS. 4 E 5



**BANCÁRIAS ESPERAM
AMPLIAÇÃO DE
LICENÇA-MATERNIDADE**

◉ PÁG. 6

**CÁLCULO DO 13º
É FEITO DE FORMA
EQUIVOCADA**

◉ PÁG. 8

A missão é o desenvolvimento

O Banco da Amazônia ultrapassou sua meta em 3% quanto ao valor total de suas aplicações dos recursos do FNO para o exercício de 2008, com um aumento no número de novas operações da ordem de 15,7% e, nos recursos empenhados, em 85% a mais do que no ano anterior.

Melhor do que isso: a distribuição desses créditos privilegiou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que beneficia principalmente a agricultura familiar, os mini e pequenos produtores e extrativistas, contemplando cerca de 42 mil famílias, o que representou 90,3% do total das operações com o FNO.

A expectativa do Banco é de que isso propicie a criação de mais de 350 mil novos empregos na Região, o que é reconfortante no cenário de crise econômica pelo qual passa o mundo.

A AEBA sempre se posicionou – consultem-se nossos editoriais neste periódico não somente no ano passado, quanto nos anteriores – no sentido de que, conquanto nosso banco tenha características de instituição mista, o que é correto e desejável, sua missão principal consiste no apoio ao desenvolvimento, que é a razão de sua existência como banco público federal regional.

Assim, parabenizamos os trabalhadores da Casa pelos resultados alcançados. Porém, muito mais deverá ser ainda realizado.

Continuamos sem a presença física na maior parte da Região, ou seja, necessitamos ampliar a capilaridade da empresa, ainda que na forma de postos de atendimento e, o que temos sempre pedido, o uso de agentes de desenvolvimento, técnicos volantes que alcançariam os menores povoados da área, onde se torna inviável a imobilização de imóvel e pessoal fixo.

Também temos que ampliar, paulatinamente, o programa de crédito solidário, o Amazônia Florescer, de modo a alcançar outras áreas de extrema carência, em especial quanto à questão das garantias reais, incluindo, ainda, o crédito para investimento.

Esse último assunto, aliás, foi objeto de interessante palestra de técnico do Banco, por ocasião do painel organizado pela AEBA durante o Fórum Social Mundial. Contudo, tal apresentação acabou mostrando a incipiência dessa forma de atuação do nosso banco, quando confrontada com a experiência de bancos que possuem a mesma linha de ação.

A AEBA está iniciando o que ali prometeu: a formatação de um Programa a ser encaminhado à Secretaria Nacional de Economia Solidária, com a finalidade de se obterem recursos do BNDES para a disseminação do crédito solidário para o desenvolvimento sustentável em toda a Pan-Amazônia. E nosso Banco certamente terá o papel fundamental nesse particular.

Túnel do Tempo

Há quase 20 anos, mais precisamente em outubro de 1989, a AEBA organizou uma passeata que percorreu as ruas da cidade, saindo da sede da matriz até a Assembléia Legislativa, onde foi realizada uma seção especial em defesa do Banco da Amazônia, que já naquela época sofria as primeiras ameaças de enfraquecimento. A manifestação contou com a participação massiva dos empregados, calculados em mais de mil pessoas. Na AL, os deputados estaduais se pronunciaram a favor do fortalecimento do banco, juntamente com o presidente da AEBA, na época o senhor Luiz D'Ávila.



JORNAL DA AEBA

Rua Ferreira Cantão, 42 - Campina CEP: 66.017-110 - Belém - PA

Fones: (91) 3242-1766 • 3241-5628 • Fax: 3212-3574

Presidente: Sérgio Trindade
Diretores Executivos: Dulce Helena Costa, Luís Paulo Amador,
Roosevelt Santana Ferreira, Hailton César Paixão
Conselheiros: Ronaldo Silva, Maria das Graças Santos e José
Américo

Jornalista Responsável: Max Costa - DRT/PA 1574
Estagiário: Luiz Guilherme Ramos
Projeto Gráfico e Editoração: Osimar R. Araújo
(osi_araujo@hotmail.com)
Impressão: Guttemberg (91) 3224-5301



● Representantes das entidades reúnem com o Banco da Amazônia para tratar de questões de interesse da categoria

BANCO DA AMAZÔNIA NÃO AVANÇA NAS NEGOCIAÇÕES

REUNIÃO SEQUER APONTOU DATA PARA ASSINATURA DO ACORDO COLETIVO

Aeaba, juntamente com o Seeb-PA/AP e a Fetec/CN, reuniu no último dia 13 de fevereiro, com a Comissão de Negociação do Banco da Amazônia, para discutir a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2008/2009, os critérios de distribuição da PLR e um calendário de reuniões da Mesa de Negociação Permanente.

Participaram da reunião representando as entidades, Sérgio Trindade e Roosevelt Santana, pela AeBa e Fetec/CN, e Alberto Cunha, Cristiano Moreno e Marlon Palheta, pelo Seeb-PA/AP.

Acordo Coletivo

Apesar das expectativas da categoria, o Banco da Amazônia ainda não assinou o Acordo Coletivo 2008/2009. Finalizado no dia 18 de novembro de 2008, o documento ainda está no Ministério da Fazenda, aguardando a aprovação do DEST.

Juntamente com os demais representantes dos empregados, o presidente da AEBA, Sérgio Trindade, cobrou que o acordo seja assinado o mais rápido possível, pois a não assinatura do documento gera um clima de insegurança e insatisfação entre os empregados, prejudicando outros processos de negociação, já acordados durante a Campanha Salarial.

PLR

Sobre os critérios de distribuição da PLR, o Banco informou que só vai se posicionar após a publicação do Balanço Financeiro de 2008, mas sinalizou que se o resultado for positivo, vai priorizar a regra básica da Fenaban, a exemplo do que foi feito no ano passado. As entidades exigiram que as regras da Fenaban sejam cumpridas na íntegra, incluindo, a distribuição da parcela adicional para todo o funcionalismo. O representante do Banco, porém, não se posicionou sobre essa reivindicação.

Segundo os representantes do Banco, o pagamento da PLR será apenas no mês de maio, após a realização da assembléia geral dos acionistas, marcada para o dia 30 de abril.

Mesa de Negociação

Durante a reunião, as entidades reivindicaram a retomada das negociações temáticas paralisadas desde 2008, e reafirmaram a necessidade de valorização desses espaços de discussão. Cobraram ainda, que qualquer medida referente aos temas relacionados à Mesa Permanente, antes de serem decididas pelo Banco, sejam discutidas com as entidades.

A próxima reunião de negociação será no dia 6 de março, às 9h30, quando será discutido o tema auxílio educacional. Nessa oportunidade, serão marcadas as reuniões posteriores e seus respectivos temas.

Os representantes dos empregados afirmaram que os assuntos a serem tratados nas mesas temáticas não são novos e que esperam que, nas próximas reuniões, o Banco se apresente já com os estudos realizados e com ânimo de atender os pleitos da categoria. “Nós esperamos que as mesas de negociação tenham efetividade e apontem resultados concretos, no sentido de que nossas reivindicações não sejam proteladas até a próxima Campanha Salarial”, defendeu o presidente da AEBA, Sérgio Trindade.

Avaliação

Para os representantes da categoria, a reunião teve poucos avanços, pois não apontou para a data de assinatura do acordo e sequer avançou na discussão da forma de distribuição da PLR, além do Banco ter alegado dificuldades de apresentar estudos e posicionamentos sobre os temas propostos em um prazo curto.

“Isso tem um significado desagradável, pois fica a idéia de que as negociações no Banco da Amazônia não caminham e os empregados se sentem descobertos em seus direitos”, criticou Sérgio Trindade. “No que depender da diretoria da AEBA, não iremos medir esforços para obter novas conquistas à categoria”, completou.

VIVA O FÓRUM



● Defesa da região: Empregados do Banco da Amazônia se preparam para participar da caminhada de abertura do FSM 2009

De 27 de janeiro a 1º de fevereiro, Belém foi a capital do mundo. Durante seis dias, ativistas sociais das mais diferentes regiões do planeta estiveram na cidade, para participar do 9º Fórum Social Mundial (FSM), que discutiu temas importantes como a paz, o meio ambiente e soluções para a crise econômica internacional. A diversidade e o pluralismo de idéias tomaram conta, de forma inédita, de Belém, que se transformou em um pólo de resistência e construção de alternativas ao neoliberalismo e à exploração capitalista.

O esforço coletivo permitiu a aprovação de um calendário de mobilizações ao longo de 2009, começando no dia 8 de março, com as lutas em defesa dos direitos da Mulher, e encerrando em 12 de dezembro, com o Dia de Ação Global contra as mudanças climáticas. As mobilizações pretendem, ainda, impedir que os trabalhadores paguem pela crise econômica, como já vem acontecendo em diversos bancos privados, onde os empregados vêm sendo constantemente demitidos.

Preocupada com os problemas da região amazônica e atuando em defesa da categoria bancária, a AEBA participou de forma ativa do Fórum Social Mundial. Além de contribuir nas discussões políticas, a entidade esteve presente na organização do evento, integrando o Grupo de Facilitadores e os GT's de Mobilização e Transporte. A dedicação para que um evento de tamanha grandiosidade pudesse ser possível foi tão grande, que a AEBA serviu de sede para hospedar delegações de bancários de Mato

Grosso e Brasília. Tudo isso para que o FSM obtivesse o êxito esperado.

Tanto esforço foi reconhecido pela categoria. Mais de 100 pessoas se inscreveram via AEBA, além de terem integrado a coluna da Associação na caminhada de abertura e comparecido, em massa, ao painel promovido pela entidade no Fórum.

Na avaliação do diretor da AEBA, Luis Paulo Amador, que integrou a coordenação do FSM, o balanço é positivo, apesar dos atropelos comuns para um evento com tamanha magnitude. “O Fórum Social Mundial na Amazônia permitiu a rearticulação dos movimentos sociais e atingiu os objetivos a que se propôs, com as convergências, plataformas de trabalho e acordos em defesa do bem viver, de um outro mundo possível e da inversão da lógica do ter pelo ser”, afirmou.



● Luis Paulo: Presença ativa na organização do Fórum

SOCIAL MUNDIAL

A

Jornal da AEBA | Janeiro/Fevereiro de 2009

Ativistas sociais em defesa de um mundo possível

Nem as chuvas – comuns nessa época do ano – impediram que o Fórum Social Mundial obtivesse êxito. A caminhada de abertura demonstrou a grandiosidade do evento, quando milhares de pessoas saíram às ruas de Belém, no dia 27 de janeiro, para reivindicar um mundo justo e solidário, em uma clara demonstração de unidade em favor da vida e do bem-estar dos povos e contra a ganância do poder econômico, que devasta as florestas e exclui o ser humano.

A AEBA marcou presença na passeata com faixas e cartazes, defendendo a preservação da Amazônia e denunciando que a ganância do lucro não combina com o desenvolvimento sustentável da região. Compondo a delegação da AEBA, participaram, entre outros, o presidente Sérgio Trindade e os diretores Roosevelt Santana, Iran Mendes e Luiz Paulo Amador.

Para Sérgio Trindade, a caminhada comprovou a importância do Fórum. “A



● Bancários marcaram presença na abertura do FSM

manifestação foi grandiosa, pois representou a união de diferentes culturas e povos do nosso planeta, banhado pela chuva forte, típica da região, que só veio animar a festa, trazendo a energia para acreditar que um outro mundo é possível”, acredita Sérgio.

Painel da AEBA debate crédito solidário

Como parte da programação do FSM, a AEBA promoveu no dia 30 de janeiro, na UFPA, o painel “Crédito Solidário para o desenvolvimento sustentável da Pan-Amazônia”. O evento resultou de uma parceria entre AEBA, AFBEP, AFBNB e FETEC-CN, e foi uma oportunidade para que ativistas sociais pudessem discutir um modelo de crédito alternativo. Em pouco mais de três horas de discussão, estiveram presentes cerca de 100 pessoas representando mais de 30 entidades.

O expositor do painel foi o assessor da AEBA e professor do curso de Economia da UFPA, Hélio Mairata, que destacou a importância da solidariedade e do cooperativismo, como formas de garantir crédito a pessoas e pequenos produtores, que estão fora do sistema de crédito tradicional dos bancos. “A economia solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano, e não no capital, de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo de bens e serviços”, explicou.

Após a exposição, foram destacadas experiências de programas de crédito solidário na região amazônica. Marivaldo Silva, gerente do Banco Comunitário Tupinambá, falou sobre o trabalho desenvolvido pela associação da comunidade Baía do Sol, na ilha de Mosqueiro no Estado do Pará, que tem incentivado a economia local, por meio do crédito solidário. Já o economista Jorge Antunes e o engenheiro agrônomo Mário Jorge Rocha falaram sobre o tema, a partir das experiências vivenciadas nos programas de crédito solidário do Banpará e do Banco da Amazônia, respectivamente.

Como resultado do painel, a AEBA se responsabilizou, em conjunto com as entidades presentes, a elaborar um Programa de Crédito Solidário, voltado para associações de pequenos produtores localizadas na Pan-Amazônia

e organizadas por meio de Arranjos Produtivos Locais. A intenção é encaminhar a proposta à Secretaria Nacional de Economia Solidária, para que negocie com o BNDES a implantação da iniciativa.



● Presidente da AEBA intervindo durante o painel



● Hélio Mairata destaca importância da economia solidária

BANCÁRIAS AGUARDAM AMPLIAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE

BENEFÍCIO AINDA NÃO FOI ESTENDIDO PARA EMPREGADAS DO BANCO DA AMAZÔNIA

Desde o último dia 9 de setembro de 2008, milhões de trabalhadoras brasileiras passaram a contar com uma conquista histórica: a licença-maternidade, direito previsto pela lei de nº 8.212, de 24 de julho de 1991, foi ampliada de 120 para 180 dias, após aprovação de uma lei complementar no Senado Federal

Para ter direito, a empregada deverá requerer o recesso num período máximo de um mês após o parto, e ao final do quarto mês, a empresa fica livre para negociar com a empregada a continuidade do benefício.

A lei aprovada no Senado criou o programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade por mais 60 dias, mediante concessão de incentivo fiscal, no qual a empresa que conceder a licença em tempo integral poderá deduzir do imposto devido, em cada período de apuração, o total da remuneração integral da empregada pago nos dois meses seguintes, vedada a dedução como despesa operacional.

Vários Estados do Brasil, como o Maranhão, Ceará e Pernambuco, já garantem o benefício para as funcionárias públicas. O próprio governo do Pará já se adiantou e encaminhou um projeto para aprovação na Assembléia Legislativa, ampliando esse direito às servidoras públicas do Estado.

Mas apesar da aprovação da lei ampliando este direito, os bancos brasileiros,

sejam eles públicos ou privados, ainda não estenderam esse benefício a suas empregadas.

No Banco da Amazônia, a expectativa por parte das empregadas é grande. Mas até agora, a categoria desconhece se a empresa iniciou estudos de viabilidade para se encaixar à nova lei, mostrando, mais uma vez, que prioriza as questões econômicas em detrimento das sociais.

Durante a Campanha Salarial 2008, as entidades representantes da categoria chegaram a propor uma cláusula no Acordo Coletivo, baseada no artigo 36 da minuta da Fenaban, ampliando o período da licença maternidade para 180 dias, mas a proposição não foi acatada pelo Banco.



“Caso houvesse uma justificativa plausível para tal recusa, o Banco, por precaução, deveria ter no mínimo feito um levantamento para saber se haveria condições para a implantação da lei, sabendo, de antemão, que as empresas aderentes ao programa não terão prejuízos, pois serão ressarcidas totalmente no abatimento do INSS”, defende o diretor da AEBA, Roosevelt Santana.

Os benefícios para as mães e para os recém-nascidos são inquestionáveis e cientificamente comprovados. “É de se lamentar que o processo no Banco esteja bastante atrasado, não levando em consideração o grande número de funcionárias atualmente no quadro”, afirma o diretor da AEBA.

Enquanto o Banco da Amazônia não adere ao programa e não amplia a licença-maternidade, diversas empregadas da instituição aguardam para poder usufruir desse benefício. Caso faça a escolha pela nova lei, as vantagens não deixam nenhum prejuízo, pois a empresa será beneficiada com a concessão de incentivos fiscais. Além disso, o tempo previsto de contato entre mãe e filho, ajuda na formação do bebê, evitando maiores gastos com despesas médicas posteriores.



DIRETORES DO BANCO SÃO EMPOSSADOS NO CONSELHO DA CAPAF

Em solenidade realizada no último dia 12, foram empossados os novos representantes do Banco da Amazônia no Conselho Deliberativo da Capaf. Na cerimônia, tomaram posse os diretores Evandro Bessa e Augusto Barros e o chefe de gabinete Alcir Erse, para um mandato de quatro anos. O conselheiro Evandro Bessa foi escolhido entre os demais integrantes para presidir o Conselho.

Como suplentes, foram indicados pelo banco os empregados Vitor Magalhães e Oduval Neto. Na oportunidade, foram empossadas como integrantes do Conselho Fiscal, as funcionárias Maria de Fátima da Silva e Maria do Carmo Marques, tendo como suplentes Elita Pereira e Tâmara da Silva, também designadas pelo patrocinador.

Mas o que chamou a atenção durante a posse foi o fato de que, de forma inédita, o Banco alçou dois diretores e o chefe de gabinete da presidência para integrar o Conselho Deliberativo, o que

indica que a instituição vai estar diretamente envolvida nas políticas e ações administrativas da CAPAF.

Para a diretoria da AEBA, a posse dos novos conselheiros pode representar uma nova postura do Banco em relação à Caixa de Previdência dos funcionários, aposentados e pensionistas. “Isso é uma forma do Banco estar marcando de perto a administração da Capaf, no sentido de estar construindo as condições para pavimentar aquilo que está de acordo com seus interesses”, avalia o presidente da AEBA, Sérgio Trindade.

De acordo com ele, a diretoria da AEBA vai estar atenta, para que esta participação dos diretores do Banco no Conselho Deliberativo da Caixa de Previdência não signifique trazer comprometimento dos direitos previdenciários dos participantes da Capaf. “Iremos cobrar mais ainda, porque essa intervenção do banco implica, também, mais responsabilidades em estabelecer as garantias ou a busca de solução para a equalização da situação deficitária do nosso Plano de Previdência”, aponta.

Diretoria da AEBA planeja ações para 2009

A diretoria plena da AEBA e os empregados da entidade estiveram reunidos no sábado, 14 de fevereiro, em Belém, durante o seminário de planejamento das ações da Associação para o ano de 2009. O evento foi uma oportunidade de avaliação das atividades de 2008 e serviu para estabelecer as metas da entidade para o próximo período, diante dos desafios colocados à categoria.

Para facilitar o desenvolvimento dos trabalhos, a diretoria e os empregados da entidade contaram com a facilitação da psicóloga Dione Peres e com uma exposição do assessor da AEBA, Hélio Mairata, que analisou a conjuntura econômica e falou sobre os impactos da crise internacional no bolso dos trabalhadores brasileiros.

Reunidos em grupos, os participantes do planejamento traçaram as metas, apontaram críticas e sugestões e contribuíram para que as próximas ações da AEBA possam ser desenvolvidas com êxito, tendo como objetivo o fortalecimento da entidade, a ampliação da relação com seus associados e a defesa dos interesses da categoria, do Banco da Amazônia e da região. Em breve, os resultados do seminário de planejamento serão publicados no site da AEBA.

Curtas

X ENEB

• A diretoria da AEBA já está planejando a realização do X Encontro Nacional dos Empregados do Banco da Amazônia (ENEB), que este ano deverá acontecer na segunda quinzena de abril, em Belém. Entre os assuntos a serem debatidos no evento, ganhará destaque o papel institucional do Banco e a ameaça de encampação pelo BB. Nas próximas edições, você terá mais detalhes sobre a realização do X ENEB.

AEBA COMPLETA 22 ANOS

• A AEBA completou, no último dia 2 de fevereiro, 22 anos de existência. A entidade foi fundada durante uma assembléia-geral e, ao longo de mais de duas décadas, sempre esteve presente nas mobilizações para manter e ampliar direitos da classe trabalhadora, defender o Banco da Amazônia e o desenvolvimento sustentável da região. Por isso, a diretoria da AEBA comunga sua felicidade com todos os seus associados e parceiros de luta, desejando contar com o apoio dos empregados do Banco da Amazônia, para continuar escrevendo esta história e construindo uma trajetória de lutas e conquistas para a categoria.

RENOVAÇÃO DAS APÓLICES FUNERÁRIAS

• As apólices de assistência funerária dos Planos Individual e Individual Complementar da empresa Metlife Seguros e Previdência Privada, da qual alguns associados da AEBA fazem parte, foram reajustadas no dia 1º de fevereiro. O Plano Individual aumentou de R\$ 1,87 para R\$ 2,29, enquanto que o Plano Individual Complementar foi reajustado de R\$ 19,02 para R\$ 28,54. Segundo a Seguradora, o reajuste visa uma adequação do risco ao perfil atual do grupo. A diretoria da AEBA lembra que continua aberto o ingresso de novos interessados no seguro. As pessoas que quiserem participar devem entrar em contato pelos telefones: (91) 3242 1766/ 3241 5628/ Ramal 3226.

BANCO CALCULA 13º SALÁRIO DE FORMA EQUIVOCADA

CÁLCULO ERRADO TEM CAUSADO PREJUÍZOS FINANCEIROS À CATEGORIA

A pesar das solicitações da AEBA, o Banco da Amazônia continua efetuando o cálculo do 13º salário de forma equivocada. Vantagens recebidas por empregados no decorrer do ano são desprezadas no cômputo final da gratificação natalina, pelo fato do banco repetir no 13º a remuneração de dezembro, sem fazer a proporcionalidade em relação ao total de meses trabalhados na função.

A medida tem causado prejuízos financeiros à categoria, pois empregados do banco que deixam seus cargos comissionados antes do mês de dezembro ou que recebem remuneração variável durante o ano, por conta de interinidades, recebem o 13º salário tendo como base o salário de dezembro, que é menor.

Desde o dia 12 de setembro de 2007, a diretoria da AEBA, por meio de ofício, vem alertando ao Banco da Amazônia quanto ao erro, mas até hoje não obteve respostas.

Segundo o presidente da entidade, Sérgio Trindade, o Decreto 57.155/65, que complementa a Lei 4.090/62, que criou o 13º salário, prevê que o pagamento do benefício seja pelo método proporcional, relativo às importâncias variáveis recebidas



até novembro do ano correspondente, que se somará à parte fixa. Porém, o que se vê, é que o Decreto vem sendo desconsiderado pela direção do Banco. “Como se percebe, há necessidade do Banco se adequar à Lei e à jurisprudência”, explica.

Além de solicitar que o cálculo do 13º salário seja corrigido, a diretoria da AEBA cobra, ainda, que o Banco efetue um levantamento das diferenças pagas a menor nos últimos cinco anos, e seu pagamento aos empregados prejudicados seja efetuado. “Aguardamos que a direção do Banco se manifeste sobre o assunto, pois não podem ignorar que muitos empregados têm sido prejudicados com esse cálculo equivocado”, defende Sérgio Trindade.



Erro na conversão de 1/3 das férias prejudica empregados

Mas não é apenas o cálculo do 13º salário que vem sendo feito de forma equivocada pelo Banco da Amazônia. O pagamento da conversão de 1/3 das férias em abono pecuniário tem sido calculado erroneamente, pois o Banco leva em consideração a remuneração dos dias de trabalho do empregado, como se o mesmo não estivesse de férias.

No entendimento da AEBA, ao vender o terço constitucional das férias, o empregado tem direito a receber o valor do abono correspondente à remuneração dos dias de férias, pois não está vendendo dias normais de trabalho. Essa mesma avaliação tem sido compartilhada pela Justiça do Trabalho, que tem dado ganho de causa a todas as ações trabalhistas, referentes ao assunto, movidas pelos empregados do Banco.

Embora tenha perdido a totalidade das ações patrocinadas pela AEBA e Seeb-PA/AP, o Banco ignora as decisões judiciais e permanece fazendo o cálculo de forma equivocada, obrigando a categoria a procurar os Tribunais, para ver reconhecido um direito que é líquido e certo.

Para a AEBA, a diretoria do Banco deveria agir de forma sensata, ao invés de lesar a categoria e protelar o reconhecimento de direito dos empregados. “Esperamos que o Banco reconheça esse direito da categoria, evitando gastos com disputas jurídicas e um desgaste desnecessário entre a instituição e os empregados, pois todas as decisões judiciais reconhecem que a maneira correta de calcular a conversão de 1/3 das férias em abono pecuniário é a defendida pela AEBA”, enfatiza o presidente da AEBA, Sérgio Trindade.